



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

### GABINETE DO PREFEITO

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo  
Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567 - Portal da Cidadania: www.mococa.sp.gov.br

Ofício nº538/2021

Mococa, 25 de maio de 2021

Ref. Requerimento nº118/2021

|                  |          |         |
|------------------|----------|---------|
| CÂMARA MUNICIPAL |          |         |
| MOCOCA           |          |         |
| PROTOCOLO        |          |         |
| NÚMERO           | DATA     | RUBRICA |
| 1355             | 25.05.21 | AB      |

Senhora Presidente,

Com os meus respeitosos cumprimentos, venho a presença de Vossa Excelência, em resposta ao Requerimento nº118/2021, de autoria do Excelentíssimo Senhor Vereador José Roberto Pereira, aprovados pelo Plenário dessa Casa de Leis, informo que de acordo com o Departamento de Finanças, o que se segue:

A Legislação, que regulamenta o pedido de isenção é a Lei nº2.068, de 22 março de 1991, que consta o seguinte:

“Art. 1º. Fica o Executivo Municipal, autorizado a sentar do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, todo contribuinte aposentado ou pensionista que receba até (dois salários mínimos mensais), como única fonte de rendimento e for proprietário de 1(um) único imóvel e nele residir.

Art. 2º. O interessado em gozar dos benefícios de isenção de que trata o caput do artigo anterior, deverá requerê-la junto a Prefeitura Municipal, juntando:

- I- Cópia do carnê, comprovante dos rendimentos mensais;
- II- Declaração de responsabilidade de que tem como única fonte de rendimentos os proventos de aposentadoria ou pensão.

Art. 3º. A seção do Cadastro Imobiliário incumbir-se-á de verificar possuir o beneficio somente um imóvel registrado para fazer jus a isenção pleiteada.”

Tendo em vista que para conceder a isenção, há a necessidade de realização de análise prévia de itens conforme o Art. 1º da Lei 2068 de 22 de março de 1991, como rendimento do solicitante e comprovação de rendimento máximo, e levando em



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA**

### **GABINETE DO PREFEITO**

Praça Marechal Deodoro, 44 – Centro – Mococa – São Paulo  
Tel.: (19) 3666-5565 | 3666-5567 - Portal da Cidadania: [www.mococa.sp.gov.br](http://www.mococa.sp.gov.br)

---

consideração que tais informações são flutuantes anualmente, há a necessidade de realização de análise de caso dos interessados em requerer a isenção.

Foi realizado também levantamento prévio dos pedidos de isenção para o ano de 2020, que tiveram um total de 2362 pedidos aceitos.

Para o ano de 2021, já foram realizadas 1818 pedidos de isenção para o ano de 2021, já foram protocolados e concedido o montante em torno de 77% das solicitações referente ao ano de 2020, sem levar em consideração os pedidos que estão em análise.

Cabe ressaltar que no ano de 2021, devido as análises realizadas foram negados 37 pedidos que não se enquadram na referida lei.

Também levando em consideração, que a faixa etária para aposentadoria gira em torno de 65 anos e grande parte da população já se encontram vacinada, e que para a realização de tal ação somente teria impacto relevante para o ano de 2022, ano que se espera que a pandemia gerada pelo COVID-19 já esteja controlada.

Levando em consideração ao exposto acima, entendemos que a ação nesse momento de cadastramento automático não seria de impacto relevante.

Reiteramos a Vossa Excelência nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente;



**Eduardo Ribeiro Barison**  
Prefeito Municipal de Mococa

Exma. Sra.

**Elisângela Mazini Maziero Breganoli**

DD. Presidente da Câmara Municipal de Mococa-SP

Nesta



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

Rua XV de Novembro, 360 – Centro - Mococa - SP

Tel. (19): 3656-9800

Departamento Financeiro

Mococa, 19 de maio de 2021.

Ofício\_Depto Finan\_ nº 043/2021

Ao  
Gabinete

Assunto: **Resposta ao requerimento nº118/2021 da Câmara Municipal de Mococa.**

Tendo em vista o requerimento nº 118/2021 da Câmara, solicitando recadastramento automático dos isentos do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

A Legislação que regulamenta o pedido de isenção é a Lei nº 2.068 de março de 1991, consta o seguinte:

*“Art. 1º Fica o Executivo Municipal, autorizado a sentar do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, todo contribuinte aposentado ou pensionista que receba até 2 (dois salários mínimos mensais) como única fonte de rendimento e for proprietário de 1 (um) único imóvel e nele residir.*

*Art. 2º O interessado em gozar dos benefícios da isenção de que trata o caput do artigo anterior, deverá requerê-la junto a Prefeitura Municipal, juntando:*

*I – Cópia do carnê, comprovante dos rendimentos mensais;*

*II – declaração de responsabilidade de que tem como única fonte de rendimentos os proventos de aposentadoria ou pensão.*

*Art. 3º A seção do Cadastro Imobiliário, incumbir-se-á de verificar possuir o benefício somente um imóvel registrado para fazer jus a isenção pleiteada.”*

Tendo em vista que para conceder a isenção há a necessidade de realização de análise prévia de itens conforme indica o Art.1º da Lei 2068 de 22 de março





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA**

Rua XV de Novembro, 360 – Centro - Mococa - SP

Tel. (19): 3656-9800

*Departamento Financeiro*

de 1991, como rendimento do solicitante e comprovação de rendimento máximo, e levando em consideração que tais informações são flutuantes anualmente, há a necessidade de realização de análise de caso a caso dos interessados em requerer a isenção.

Foi realizado também levantamento prévio dos pedidos de isenção no ano de 2020 que tiveram um total de 2362 pedidos aceitos.

Para o ano de 2021 já foram realizados 1818 pedidos de isenção para o ano de 2021 já foram protocolados e concedido o montante em torno de 77% das solicitações referente ao ano de 2020, sem levar em consideração os pedidos que estão em análise.

Cabe ressaltar que no ano de 2021, devido as análises realizadas foram negados 37 pedidos que não se enquadraram na referida lei.

Também levando em consideração que a faixa etária para aposentadoria gira em torno de 65 anos e que grande parte da população já se encontra vacinada, e que para a realização de tal ação somente teria impacto relevante para o ano de 2022, ano que se espera que a pandemia gerada pelo COVID19 já esteja controlada.

Levando em consideração ao exposto acima, entendemos que a ação nesse momento de cadastramento automático não seria de impacto relevante.

Renovando nossos votos de elevada estima e distinta consideração  
Atenciosamente.

**André Cristóvão da Silva**

Assistente Financeiro



*Câmara Municipal de Mococa*  
*Estado de São Paulo*

---

Art. 3º - A Seção do Cadastro Imobiliário, incumbir-se-á de verificar possuir o beneficiado somente um imóvel registrado para fazer jus a isenção pleiteada.

Art. 4º - Aos requerentes da isenção de que dispõe a presente Lei, não haverá nenhuma cobrança de emolumentos por parte da Prefeitura Municipal.

Art. 5º - O Executivo para melhor aplicação desta Lei poderá se necessário, baixar Decreto regulamentando sua execução.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos se necessário para atingir a isenção total do tributo IPTU, revoga-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA, 22 DE MARÇO DE 1.991.

DR. WALTER DE SOUZA XAVIER

Presidente



*Câmara Municipal de*  
*Estado de São Paulo*

LEI Nº. 2.068/91

ALTERADA PELA

LEI Nº. 2.923/98

2.321/92

LEI Nº. 2068 DE 22 DE MARÇO DE 1.991

autoriza o Executivo a isentar do pagamento  
do IPTU os aposentados que especifica.

DR. WALTER DE SOUZA XAVIER, Presidente da Câmara  
Municipal de Mococa:

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Mococa, em Ses  
são Ordinária realizada no dia 18 de março de 1.991, tendo rejeitado o  
Veto total aposto pelo Sr. Prefeito Municipal, ao Autógrafo nº 01/91, Pro  
jeto de Lei 02/91, de autoria do vereador Ilto Francisco Coelho, nos ter  
mos do § 6º do artigo 41 da Lei Orgânica do Município, eu promulgo a  
seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a isentar  
do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU, todo contri-  
buinte aposentado ou pensionista que receba até 2(dois) salários míni  
mos mensais como única fonte de rendimento e for proprietário de 1(um)  
único imóvel e nele residir.

Art. 2º - O interessado em gozar dos benefícios da isen-  
ção de que trata o caput do artigo anterior, deverá requerê-la junto  
à Prefeitura Municipal, juntando:

- I - cópia do carnê, comprovante dos rendimentos men-  
sais;
- II - declaração de responsabilidade de que tem como  
única fonte de rendimentos os proventos de apo-  
sentadoria ou pensão.